



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº:** 0003567-06.2014.8.17.0000 (0332428-1)  
**COMARCA:** GARANHUNS  
**VARA:** PRIMEIRA CRIMINAL  
**IMPETRANTES:** CLEY TAVARES DE OLIVEIRA E FILIPE  
CÂMARA LINS E MELLO  
**PACIENTE:** JINKELLE CORDEIRO DA SILVA  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADORA:** DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA  
MENDONÇA (CONVOCADA)  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPROCEDÊNCIA. GRAVIDADE DO CRIME. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO NÃO EVIDENCIADO. AUDIÊNCIA DESIGNADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

I - A segregação cautelar do Paciente mostra-se necessária a bem da ordem pública, diante da gravidade do delito, revelador da periculosidade concreta do Paciente, a qual fica evidenciada pelo *modus operandi* na prática do crime, posto que ele, em tese, em conjunto com o adolescente, motivado por uma rixa ocorrida em um jogo de futebol, ceifou a vida da vítima e, segundo a denúncia, o Paciente assim que a avistou disse: "Me chama de otário, agora, Uóli!" e ato contínuo efetuou os disparos em sua direção". Tal ato, por certo, indica ser salutar a manutenção de sua segregação cautelar, independentemente de suas condições subjetivas favoráveis. Inteligência da Súmula nº 86/TJPE.

Anjf



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

II – No que pese a complexidade do processo, com necessidade de expedição de carta precatória, por se encontrar o Paciente preso em comarca e estado diversos, fato esse que vêm em prejuízo da celeridade processual, verifica-se que não há qualquer desídia da autoridade apontada coatora, que imprime andamento regular ao feito, o qual se encontra com audiência designada para o dia 15/07/2014, às 11:00 horas. Inexiste, assim, que se falar em qualquer constrangimento ilegal por excesso de prazo.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0003567-06.2014.8.17.0000 (0332428-1), no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 04 de junho de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº:** 0003567-06.2014.8.17.0000 (0332428-1)  
**COMARCA:** GARANHUNS  
**VARA:** PRIMEIRA CRIMINAL  
**IMPETRANTES:** CLEY TAVARES DE OLIVEIRA E FILIPE  
 CÂMARA LINS E MELLO  
**PACIENTE:** JINKELLE CORDEIRO DA SILVA  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADORA:** DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA  
 MENDONÇA (CONVOCADA)  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**RELATÓRIO**

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pretensão liminar, impetrado pelos advogados **Cley Tavares de Oliveira e Filipe Câmara Lins e Mello**, em favor do Paciente **Jinkelle Cordeiro da Silva**, qualificado à folha 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns, em face do processo nº 0000710-12.2011.8.17.0640.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado pelo crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do CPB, tendo como vítima José Severino Dias Júnior, conhecido por "Uóli" ou Wally", delito esse ocorrido em 27/06/2008. A denúncia foi recebida em 1º/03/2011, sendo, nessa mesma data, decretada a prisão preventiva do Paciente (**fls. 20/22**). Em 10/06/2013, a Juíza singular encaminhou o decreto preventivo para ser cumprido (**fl. 24**), o que ocorreu em 03/07/2013.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Sustenta o Impetrante, em apertada síntese, que o Paciente sofre constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) ausência de fundamentação concreta no decreto preventivo, inexistindo qualquer dos fundamentos autorizadores da custódia preventiva; b) diante de suas condições subjetivas favoráveis, pois é tecnicamente primário, com bons antecedentes criminais, possui residência fixa, além de profissão definida e família constituída; e c) excesso de prazo, tendo em vista que sequer foi iniciada a instrução criminal, sendo a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 15/07/2014.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 48/49**.

A autoridade indicada coatora ofereceu informações às **fls. 55/57**.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, na pessoa da procuradora convocada, **Dra. Delane Barros de Arruda Mendonça**, opina, às **fls. 61/63**, pela denegação da ordem requerida.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 04 de junho de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

Anjf

71



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº:** 0003567-06.2014.8.17.0000 (0332428-1)  
**COMARCA:** GARANHUNS  
**VARA:** PRIMEIRA CRIMINAL  
**IMPETRANTES:** CLEY TAVARES DE OLIVEIRA E FILIPE  
 CÂMARA LINS E MELLO  
**PACIENTE:** JINKELLE CORDEIRO DA SILVA  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADORA:** DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA  
 MENDONÇA (CONVOCADA)  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**VOTO**

Consta da exordial acusatória de **fls. 15/17** que o Paciente, no dia 27/06/2008, por volta da 00:40 hora, na Rua 17, no Bairro COHAB II, próximo ao terminal de ônibus, munido de arma de fogo, agindo juntamente com o adolescente Luan de Moraes Santos, alvejou de forma fatal a vítima José Severino Dias Júnior, conhecido por "Uóli" ou "Wally".

Feitas essas considerações, passo à análise do presente *writ*.

Quanto à ausência de fundamentação no decreto preventivo em desfavor do Paciente, porquanto genérico, não merece prosperar.

Percebe-se da decisão de **fls. 20/22**, datada de 1º/03/2011, bem como às **fls. 31/32**, por ocasião de pedido de revogação de sua prisão preventiva, que a medida de exceção foi

Anjf

cf<sup>3</sup>



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

aplicada ao Paciente e devidamente mantida a bem da ordem pública, diante da gravidade do delito, revelador da periculosidade concreta do Paciente, a qual fica evidenciada pelo *modus operandi* na prática do crime, posto que ele, em tese, em conjunto com o adolescente, motivado por uma rixa ocorrida em um jogo de futebol, ceifou a vida da vítima e, segundo a denúncia, o Paciente assim que a avistou disse: **"Me chama de otário, agora, Uóli!" e ato contínuo efetuou os disparos em sua direção**". Tal ato, por certo, indica ser salutar a manutenção de sua segregação cautelar.

A respeito do tema, o presente julgado do STJ:

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE. SUPERVENIÊNCIA DA DECISÃO DE PRONÚNCIA, QUE REVOGOU A CUSTÓDIA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PELO PARQUET. RESTABELECIMENTO DA PRISÃO CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA QUE RECOMENDA A MEDIDA CONSTRITIVA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

**1. A manutenção da custódia cautelar encontra-se suficientemente fundamentada, em face das circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, a periculosidade do agente, a indicar a necessidade de sua segregação para a garantia da ordem pública, considerando-se, sobretudo, o *modus operandi* do delito. Precedentes. (GRIFEI)**

**2. omissis**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

3. Condições pessoais favoráveis do agente não são aptas a revogar a prisão preventiva, se esta encontra respaldo em outros elementos dos autos.

4. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 220200 / MG/ Ministra LAURITA VAZ/ T5/ J. 06/11/2012/ DJe 16/11/2012)

Presente, portanto, um dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, não há que se falar em qualquer ilegalidade na prisão do Paciente, que está devidamente fundamentada, não havendo qualquer violação aos princípios constitucionais.

Por outro lado, eventuais condições pessoais favoráveis do Paciente não elidem a custódia cautelar quando presentes os requisitos da prisão preventiva, inteligência da Súmula nº 86/TJPE, como no presente caso.

Quanto ao possível constrangimento ilegal por excesso de prazo, depreende-se do exame do acervo documental constante dos autos, sobretudo pelas informações da autoridade indigitada coatora, **fls. 55/57**, bem como em consulta ao acompanhamento de andamento processual deste Tribunal, que a denúncia foi recebida em 1º/03/2011. O Paciente foi preso preventivamente em 03/07/2013, sendo citado mediante carta precatória, tendo em vista se encontrar no Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto – COPEMCAN de São Cristóvão/SE. Em 10/10/2013, apresentou sua resposta. Assim, foi



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

designada audiência de instrução e julgamento para o dia 15/07/2014, às 11:00 horas, sendo esse, atualmente, o estado do feito.

Assim, no que pese a complexidade do processo, com necessidade de expedição de carta precatória, por se encontrar o Paciente preso em comarca e estado diverso, fato esse que vem em prejuízo da celeridade processual, verifica-se que não há qualquer desídia da autoridade apontada coatora, a qual imprime andamento regular ao feito, já com audiência designada para o dia 15/07/2014, conforme acima mencionado.

Inexiste, portanto, qualquer ilegalidade a ser combatida por excesso de prazo.

Ante as considerações expostas, as quais tenho como elementos para a minha convicção, considero não haver qualquer ilegalidade ou abuso de poder que justifique a concessão do presente remédio constitucional, pelo que esta relatoria **vota denegando a ordem.**

Recife, 04 de junho de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**